



# A INTEGRAÇÃO DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO AMBIENTE INTERAGÊNCIAS: LIÇÕES APRENDIDAS NOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS - RIO 2016

Alexandre **Polo**<sup>1</sup>

Daniel Rosar **Fornazari**<sup>2</sup>

A partir de 2011, o Brasil foi sede de Grandes Eventos esportivos, sociais e políticos, de âmbito e repercussão mundial, como os Jogos Mundiais Militares (Rio de Janeiro, 2011), a Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20 (Rio de Janeiro, 2012), a Jornada Mundial da Juventude (Rio de Janeiro, 2013), a Copa das Confederações de Futebol (seis sedes, 2013), a Copa do Mundo de Futebol (doze sedes, 2014) e, em especial, os Jogos Olímpicos (JO) e Paralímpicos (JP) - (Rio de Janeiro e outras cinco sedes, 2016).

Pela diversidade de agências envolvidas nas atividades de planejamento, organização, coordenação e execução dos citados eventos, identificou-se a necessidade de tornar efetiva a integração interagências, em especial no campo da Inteligência, com o objetivo de cooperar mutuamente e possibilitar o intercâmbio de dados e de conhecimentos, a fim de mitigar as possíveis ameaças ao Estado e à sociedade.

Nesse contexto, o Exército Brasileiro (EB) vem sendo demandado a cooperar e a interagir com outras Agências de Inteligência (AI) de Órgãos Governamentais, por intermédio do Centro de Inteligência do Exército (CIE) e dos Órgãos e AI dos Grandes Comandos (G Cmdo)

e das Grandes Unidades (GU). Este emprego abrange as questões relativas às atividades de Segurança e Defesa, especialmente nos Grandes Eventos.

Os eventos mais recentes e de maior relevância nesse período foram os JO e JP, a partir daqui denominados de Jogos Rio 2016. Fruto da observação e das lições aprendidas, colhidas por intermédio das experiências vivenciadas no desenvolvimento da Atividade de Inteligência, verificou-se a necessidade de identificar os aspectos em que houve sucesso na integração, bem como os pontos de conflito em que seriam necessárias medidas para que as agências passem do nível de cooperação para o de integração.

A seguir será destacada a importância da integração, com ênfase na Inteligência e, na sequência, serão apresentados o planejamento e a execução da Atividade de Inteligência nos Jogos Rio 2016 e analisadas as lições aprendidas, com foco na integração em um ambiente interagências.

Ao final, será buscada a identificação, sob a ótica do intercâmbio de informações e do fluxo do conhecimento, dos obstáculos que precisam ser superados para que a Atividade de Inteligência seja desenvolvida da forma mais integrada e eficiente possível.

1 Oficial de Artilharia do Exército Brasileiro, Academia Militar das Agulhas Negras, Mestre em Operações Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - polo.alexandre@eb.mil.br

2 Oficial de Cavalaria do Exército Brasileiro Academia Militar das Agulhas Negras, Mestre em Operações Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - fornazari.daniel@eb.mil.br



## 1. A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO PARA A INTELIGÊNCIA

A qualidade da análise de Inteligência está intimamente ligada ao acesso a maior quantidade de fontes de informação distintas, confiáveis e disponíveis. No atual mundo globalizado, com acesso à ampla gama de dados disponíveis em diversas fontes, há uma crescente dificuldade em processar as informações, com o intuito de produzir análises consistentes. Nesse contexto, um fator limitador à integração do conhecimento oriundo de fontes de origens distintas tem sido a resistência do ser humano, bem como das instituições a que pertencem, em compartilhar informações.

Essa dificuldade pode ser categoricamente retratada no caso dos ataques terroristas simultâneos ao *World Trade Center* (WTC) e ao Pentágono, ocorridos em 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América (EUA), que resultaram na morte de 2.977 pessoas, além de perdas incalculáveis (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2004). À época, várias agências do governo norte-americano possuíam dados processados que, se tivessem sido compartilhados e integrados, poderiam levar à identificação ou à ampliação da percepção de que um ataque terrorista em solo americano era iminente.

O compartilhamento de informações depende da confiança e/ou da disposição das agências em compartilhar seus dados com outros órgãos, além de manterem-se receptivas em integrar os conhecimentos de outras AI em seus próprios ambientes e produtos. Para diminuir essas divergências, as Agências de Inteligência necessitam coordenar e compartilhar informações entre si, de uma maneira mais eficiente, enquanto evitam conflitos institucionais sobre jurisdição, cultura organizacional, fundamentos e outros

assuntos. Apesar disso, o compartilhamento de dados de Inteligência tem sido repetidamente apontado como a solução para quase todos os problemas dentro da Comunidade de Inteligência.

### 1.1 A integração de inteligência nos Estados Unidos da América

Os sistemas de segurança e de defesa dos EUA sofreram alterações importantes após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, em consequência das conclusões da Comissão Nacional sobre os Ataques Terroristas de 11/Set, que apresentou seu relatório em 2004, conhecido como *9/11 Commission Report*. O relatório concluiu que grande parte dos problemas ligados à falta de efetividade na antecipação e na resposta aos atentados esteve relacionada à falta de unidade de esforços entre as diversas agências responsáveis por alertar e prevenir os atentados (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2004). Nesse sentido, o Relatório da Comissão recomendou, e posteriormente foram adotadas, medidas para reorganizar o Governo dos EUA, a fim de evitar a repetição de eventos terroristas semelhantes aos ocorridos em 2001, das quais destacam-se:

- a unificação da Inteligência Estratégica e do planejamento operacional contra terroristas islâmicos, além das divisões externas e nacionais, por meio da criação do Centro Nacional de Contraterrorismo - *National Counter-Terrorism Center* (NCTC);

- a unificação da Comunidade de Inteligência, por meio da criação do Escritório do Diretor Nacional de Inteligência - *Director of National Intelligence* (DNI) - subordinado diretamente ao Presidente; e

- a unificação dos participantes do esforço contraterrorista, por meio da criação de um sistema



de colaboração de Inteligência baseado em rede - *Network-based Information Sharing System* - que fosse capaz de ir além dos limites das estruturas governamentais tradicionais (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2004, grifo nosso).

No contexto em estudo, destaca-se a criação do cargo de DNI, que tem como responsabilidade liderar a integração da Inteligência com objetivo de integrar a análise de Inteligência e a coleta de informações para as decisões da Casa Branca, além de dirigir o compartilhamento de informações de forma responsável e segura (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017b).

Atualmente, a Comunidade de Inteligência estadunidense está constituída, sob a liderança do DNI, por dezessete agências - seis militares, uma civil, cinco vinculadas a Ministérios, duas de Segurança Pública e três compartilhadas entre órgãos civis e militares - com missões, responsabilidades, áreas de jurisdição e supervisão distintas (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017a).

Contudo, mesmo com toda essa estrutura disponível, a Comunidade de Inteligência continua sendo identificada como incapaz, relutante e descoordenada para certas tarefas, particularmente em sua missão básica de compartilhar informações entre seus participantes. Apesar disso, o compartilhamento de informações e a coordenação interagências recebem alta prioridade do Governo norte-americano e isso tem levado a sucessivas tentativas de mudanças de comportamentos, culturais e profissionais, como a criação de centros de coordenação e intercâmbio, além da criação e expansão de diversas centrais e escritórios de Inteligência dentro da estrutura da Inteligência Nacional, tudo com o objetivo de incrementar a cooperação interagências (BRADY, 2015, p. 7).

No âmbito da Defesa, os EUA também têm dificuldades para implementar uma eficiente integração entre as Forças Armadas, órgãos interagências e agências de países aliados. A tradicional relutância em compartilhar informações sensíveis e questões sobre tecnologia da informação (TI) e políticas de Governo são barreiras que devem ser superadas, de acordo com a análise feita por Johnston (2015, p. 16).

O manual conjunto JP 3-08 - *Cooperação Interorganizacional* (2016) - destaca a necessidade de aprimorar o grau de entendimento institucional entre as organizações civis e militares. Dessa forma, facilita a cooperação em áreas de interesse comum, promove um entendimento mútuo da situação e garante o compartilhamento de recursos e informações críticas. Para isso, o Departamento de Defesa interage com atores de outras organizações para obter entendimento mútuo de suas capacidades, limitações e das consequências de suas ações, de forma a identificar de que maneira as capacidades podem ser complementadas.

Da mesma forma, o manual conjunto JP 2-01 - *Apoio da Inteligência Nacional e Conjunta para a Cooperação em Operações Militares* (2012) - aponta como funções críticas, o estabelecimento de uma visão comum e de uma consciência situacional a respeito da forma como cada ator desdobrado no terreno está sendo empregado. Essa doutrina indica a necessidade de dedicar meios e recursos com o intuito de prover ligações com todos os elementos da Comunidade de Inteligência disponíveis, com o objetivo de estimular a troca de informações. Outra ação apontada é o estabelecimento de Centros de Fusão, ou Centros de Análise e de Compartilhamento de Informações, conforme determinado pela Comissão do 11/Set.



Essas estruturas têm como funções a determinação do esforço de busca; a análise dos dados obtidos e a disseminação de produtos de Inteligência, de acordo com as Necessidades de Inteligência (NI).

Em operações, quando as tropas estão desdobradas pelos Comandos Operacionais, destaca-se o estabelecimento de escritórios interagências, como os Grupos de Coordenação Conjunta Interagências e as Forças-Tarefas Conjuntas Interagências que contam com a participação de todas as agências e organizações desdobradas no Teatro de Operações. A cooperação e o compartilhamento de informações são garantidos, desde a fase de planejamento, com o emprego desses órgãos. Além disso, a presença de elementos de ligação das instituições civis e militares nesses Centros, forma a sinergia necessária para que as barreiras sejam quebradas e que os objetivos comuns sejam alcançados (McCARTHUR et al, 2016).

Por fim, constata-se o caráter benéfico do desdobramento de Oficiais de Ligação (O Lig) em estruturas físicas, para planejar e operacionalizar o processo de compartilhamento de dados. Com objetivos comuns identificados, possibilita-se que relacionamentos simbióticos ocultos propiciem benefícios mútuos aos envolvidos. Da mesma forma, por intermédio desses contatos, outros pontos de fricção como as discrepâncias de terminologias, de cultura organizacional, de comunicação e de práticas podem ser tratados e minimizados (McCARTHUR et al, 2015).

## **1.2 A Integração da Inteligência no Brasil**

### **1.2.1 No âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN)**

Dentro do atual contexto de globalização, onde a complexidade das redes e a diversidade

de atores obrigam o Estado a agir com sinergia de esforços, o Brasil não pode estar alheio à necessidade de intercâmbio e de compartilhamento de ideias, procedimentos e conhecimentos para estar mais bem preparado às novas demandas na área de Inteligência, seja na identificação de riscos ou no suporte ao processo decisório.

Nesse contexto, o SISBIN foi criado pela Lei N° 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Neste mesmo instrumento legal, no seu Art 3°, foi criada a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) à qual compete, na qualidade de órgão central do Sistema, “[...] planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as Atividades de Inteligência do País.” (BRASIL, 1999).

O SISBIN foi organizado pelo decreto N° 4.376, de 13 de setembro de 2002 que, no seu Art 2°, determina que o objetivo do Sistema é “[...] integrar as ações de planejamento e execução da atividade de Inteligência do País.”. Seu funcionamento, de acordo com o Art 5°, deve ser feito pela “[...] articulação coordenada dos órgãos que o constituem [...]” e tem como uma de suas competências, citada no Inciso V do Art 6°, o estabelecimento de “[...] mecanismos e procedimentos necessários ao intercâmbio de informações e conhecimentos no âmbito do Sistema, observando medidas e procedimentos de segurança e sigilo, sob coordenação da ABIN.” (BRASIL, 2002).

A composição do SISBIN é determinada pelo já citado Decreto N° 4.376, de 13 de setembro de 2002, e suas subseqüentes alterações, que têm marcado a evolução da sua organização, com o passar dos anos, de acordo com as necessidades e novas demandas identificadas pelo Sistema. Atualmente, é composto por 38 órgãos civis e militares ligados à Atividade de Inteligência, que fazem parte de 16 ministérios da estrutura do Poder Executivo Federal. A imagem 1 apresenta esta atual configuração.

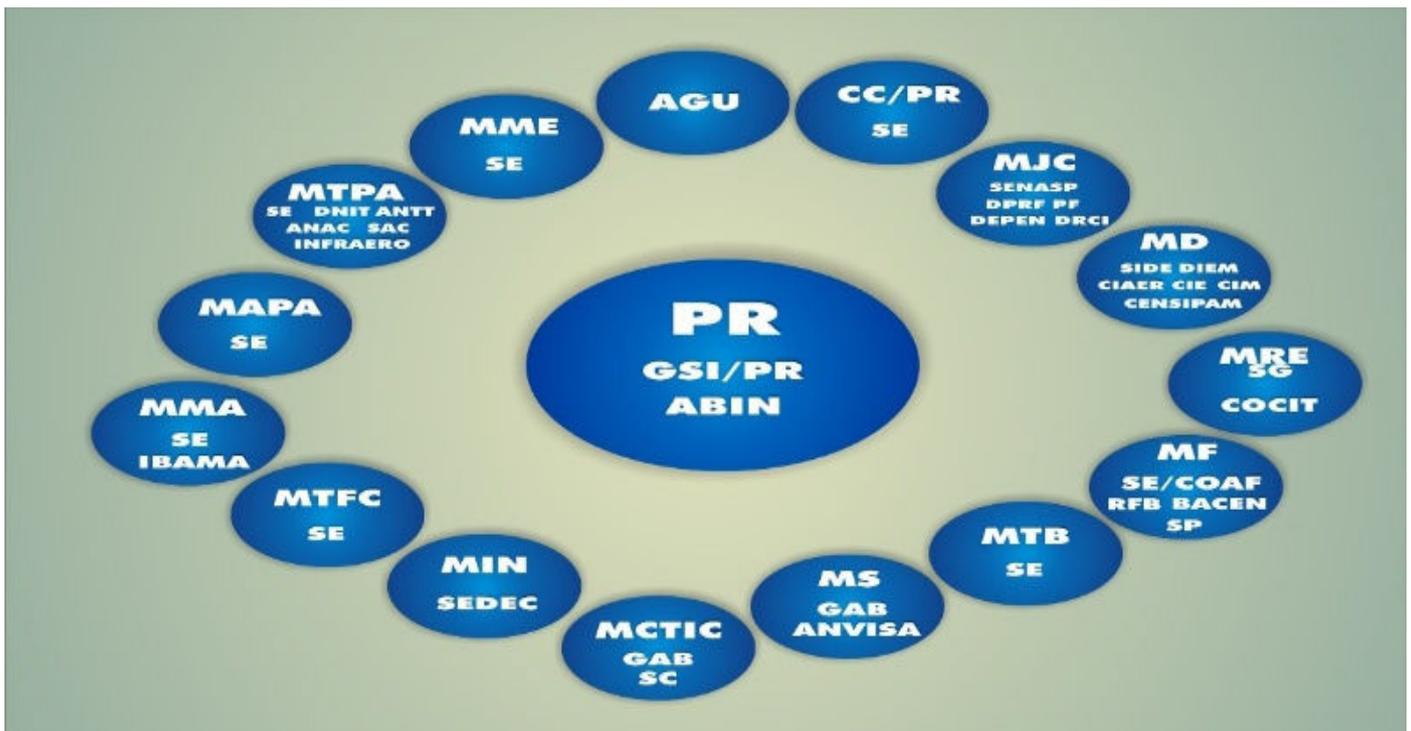


Imagem 1 - Composição do SISBIN.  
Fonte: BRASIL (2017).

Para a integração desse Sistema, ainda conforme estabelecido pelo mesmo Decreto, foi instituído o Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência (DISBIN), onde os órgãos componentes do SISBIN devem designar representantes para atuar em conjunto, com o intuito de efetivar a cooperação. O documento atribui ainda, no parágrafo 2º do Art 6º-A, ao DISBIN “[...] coordenar a articulação do fluxo de dados e informações oportunas e de interesse da Atividade de Inteligência de Estado.” (BRASIL, 2002).

Ainda na esfera legal, a Política Nacional de Inteligência (PNI) determina como instrumentos essenciais da Inteligência Nacional:

- V - intercâmbio de dados e conhecimentos no âmbito do SISBIN, nos termos da legislação em vigor;
- VI - planejamento integrado do regime de cooperação entre órgãos integrantes do SISBIN;
- IX - ajustes de cooperação mediante instrumentos específicos entre órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública Federal (APF), das Unidades da Federação (UF) ou da iniciativa privada;
- XII - intercâmbio de Inteligência e cooperação técnica internacionais. (BRASIL, 2016f, capítulo 5).

Apesar de toda a legislação que determina a integração do SISBIN e suas estruturas componentes, um dos desafios visualizados no dia-a-dia e, principalmente, durante operações e atividades interagências, refere-se ao amadurecimento, formalização, efetivação e ampliação da integração na área de Inteligência, havendo considerável espaço para maior integração, conforme identificado por Mendes (2016) em sua pesquisa.

O diagnóstico verificado no Sistema é que as redes de integração e compartilhamento de dados são informais e existem por iniciativa das pessoas, de acordo com suas necessidades momentâneas de conhecimento. Além disso, a falta de confiança entre os atores que pertencem à Comunidade de Inteligência é apontada como fator que restringe o compartilhamento. A confiança adquirida pelo relacionamento interpessoal entre as partes envolvidas tem sido primordial para as atuais conexões entre as AI do SISBIN.



Outro ponto desfavorável ao compartilhamento de dados no Sistema, segundo Cepik (2005) é a inexistência de uma estrutura hierarquizada no Sistema, o que torna as iniciativas um ato de “colaboração voluntária” entre as partes. Outros problemas identificados são a ausência de coerência, o corporativismo, a falta de priorização de assuntos e a insuficiência de pessoal especializado.

Destaca-se, ainda como ponto comum observado nas experiências interagências recentes, que o sistema confronta a necessidade de conhecer com o compartilhamento do conhecimento. Essa abordagem coloca nas mãos do detentor da informação a decisão sobre quem deve ter conhecimento, por vezes, sem ter uma noção mais abrangente. Deve-se, para obter um Sistema de Inteligência mais eficiente e colaborativo, entender de que forma pode ser estabelecido o balanço entre a segurança e o compartilhamento.

## 1.2.2 No âmbito do Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE)

No âmbito do Ministério da Defesa (MD), a integração possui um instrumento balizador, por intermédio do Manual - MD 33-M-12 Operações Interagências (2012b). Os recentes episódios de emprego das Forças Armadas (FA) em apoio à Segurança Pública, em ações subsidiárias e durante os Grandes Eventos reforçaram a necessidade de adequação das estruturas de Defesa, a fim de serem empregadas de maneira integrada com órgãos alheios ao estamento militar.

O citado manual define Operações Interagências como:

A interação das FA com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos. (BRASIL, 2012b, p. 14).

O MD 33-M-12 destaca ainda que:

O processo interagências deve unir os interesses de todos os participantes. O projeto, ou contrato de objetivos, ou comprometimento inicial, ou qualquer outra denominação dada para o primeiro passo na construção e manutenção da coordenação interagências, ainda no nível estratégico de decisão, deve incluir: atribuições e responsabilidades, prazos e prioridades, padronização de medidas de coordenação e meios e orçamento disponíveis. (BRASIL, 2012b, p. 15).

Esse mesmo manual prevê também a ativação, em operações, de uma Seção de Ligação integrando o Estado-Maior Conjunto (EMC) para o intercâmbio de Elementos de Ligação (Elm Lig) entre as Agências, o que incrementa a unidade de esforços. O intercâmbio de equipes e de O Lig têm contribuído fortemente para a coordenação em operações militares multinacionais. O mesmo princípio também pode ser aplicado à coordenação interagências (BRASIL, 2012b).

## 1.2.3 No âmbito do Sistema de Inteligência do Exército (SIEEx)

Já sob a ótica do EB, o Manual de Campanha EB20-MC-10.201 - Operações em Ambiente Interagências (2013) - traz um conceito importante de fatores de êxito nesse tipo de operações, para orientar o relacionamento entre as organizações. Conforme Brasil (2013, p. 3-7 e 3-8), as Ações 6C são caracterizadas como a seguir:

- compreender: entender como cada ator pode contribuir, de acordo com suas competências;
- coordenar: conjugar esforços de maneira harmônica e integrada para maximizar os efeitos;
- cooperar: agir em conformidade com os outros, não obstante as diferenças de procedimentos e de culturas organizacionais;
- fazer concessões: para chegar a soluções em comum acordo e sob compromisso;
- buscar o consenso: solução negociada onde as partes cedem às suas propostas iniciais;

- comunicar-se: relacionamento, troca de experiências e ideias, de forma a construir soluções. Comunicação efetiva e capacidade de convencimento e argumentação consistente em busca do consenso.

É igualmente importante a compreensão da cultura organizacional de órgãos governamentais e não-governamentais nas operações em ambiente Interagências. Deve-se também, destacar o ambiente organizacional onde as AI estão inseridas, como pode ser identificado na imagem 2 a seguir:



Imagem 2 - O ambiente organizacional Interagências.  
Fonte: BRASIL, 2013, p. 3-6

Tratando de forma específica do papel da Inteligência no planejamento das Operações Interagências, o compartilhamento de informações e conhecimentos é um fator crítico. Dessa forma, “[...] deve incluir a previsão de soluções que visem a estimular e facilitar a troca de dados entre os vetores (civis e militares), considerando a comunicação entre os participantes e a necessidade de conhecer.” (BRASIL, 2016a, p. 10-5).

O EB70-MC-10.307 – Planejamento e Emprego da Inteligência Militar (2016) destaca, ainda, que os fatores de êxito devem ser baseados em Lições Aprendidas e

melhores práticas, como as obtidas da participação nos Jogos Rio 2016, que serão identificadas no próximo capítulo, para que seja construído o entendimento sobre como a necessária integração no campo da Inteligência pode ser eficaz e efetiva.

## 2. A ATUAÇÃO DA INTELIGÊNCIA NOS JOGOS RIO 2016

A Portaria N° 57-GSI/PR, de 12 de dezembro de 2012, estabeleceu a Diretriz para o Planejamento e a Execução da Atividade de Inteligência a ser observada pelos órgãos integrantes do SISBIN, sob a coordenação de seu órgão central, por ocasião dos Grandes Eventos. Esse documento BRASIL, 2012a) também atribuiu à ABIN a competência de desenvolver ações integradas com instituições federais, estaduais e municipais, e produzir conhecimentos sobre óbices, antagonismos ou ameaças relativas a assuntos e temas essenciais

para a tomada de decisões e ações decorrentes, de natureza preventiva ou repressiva, vinculados aos Grandes Eventos.

Sob a citada Diretriz, após discussões quanto à governança e sobre a definição de responsabilidades, a Presidência da República aprovou, pela Portaria Interministerial N° 1.678, de 30 de setembro de 2015 (BRASIL, 2015), o Plano Estratégico de Segurança Integrada para os Jogos Rio 2016 (PESI Rio 2016).

### 2.1 O planejamento do eixo de inteligência

O PESI Rio 2016 estabeleceu objetivos que somente poderiam ser alcançados a partir de ações conjuntas, coordenadas e integradas de todas as

agências envolvidas com a segurança do evento, e que as mesmas seriam realizadas a partir de três grandes eixos de atuação: Segurança Pública, Defesa Nacional e Inteligência, de acordo como o apresentado na imagem 3 a seguir.



Imagem 3 - Eixos de atuação para a segurança nos Jogos Rio 2016. Fonte: Palestra - Inteligência e o Jogos Olímpicos (BRASIL, 2016g).

Os eixos de Segurança Pública e Defesa deixaram de ser abordados, por não fazerem parte dos objetivos deste estudo.

Para o eixo de Inteligência, o PESI Rio 2016 previu o desenvolvimento de ações de caráter estratégico, operacional e tático, bem como a produção de avaliações de risco e de conhecimentos sobre óbices, antagonismos ou ameaças relativas a assuntos e temas essenciais para a tomada de decisão de natureza preventiva ou repressiva, vinculados aos Jogos Rio 2016.

Nesse plano foi estabelecido, também, que a execução das atividades do SISBIN relacionadas aos Jogos Rio 2016, seria efetuada sob coordenação da ABIN, porém, sem prejuízo das atividades de Inteligência desenvolvidas pelos segmentos de Segurança Pública e Defesa Nacional. Nesse sentido, as atividades do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública e do SINDE

seriam coordenadas pela Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ) e pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa (EMCFA/MD), respectivamente, os quais forneceriam subsídios que contribuiriam como SISBIN.

O SIEx, como parte integrante do SINDE e do SISBIN, por intermédio do CIE, seu órgão central, e das suas Agências Especiais, das Aditâncias Militares no Exterior, das AI dos G Cmdos, GU e Unidades (U) intensificou o planejamento, conduzindo operações e ativando Centrais de Inteligência (Cent Intlg) regionais, os quais permitiram a produção de conhecimentos de Inteligência, que se somaram ao seu banco de dados, alimentando o sistema.

Os conhecimentos de Inteligência produzidos pelo SIEx foram difundidos e compartilhados com outras agências participantes do SISBIN, antes e durante os eventos, visando a melhor preparação e execução dos Jogos Rio 2016.

## **2.2 A Atividade de Inteligência durante os Jogos Rio 2016**

Os Jogos Rio 2016 demandaram estruturas e NI mais complexas que os outros Grandes Eventos já realizados. O volume dos investimentos aplicados, o número de sedes, a quantidade de turistas e as possíveis ameaças, dentre outros, foram aspectos que justificaram a complexidade dos planejamentos e da execução das ações.

Assim, foram estabelecidas estruturas de Inteligência em nível nacional e regional pelo SISBIN, SINDE e SIEx.

### **2.2.1 No âmbito nacional e do SISBIN**

O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), por intermédio da ABIN, foi responsável pela coordenação do eixo

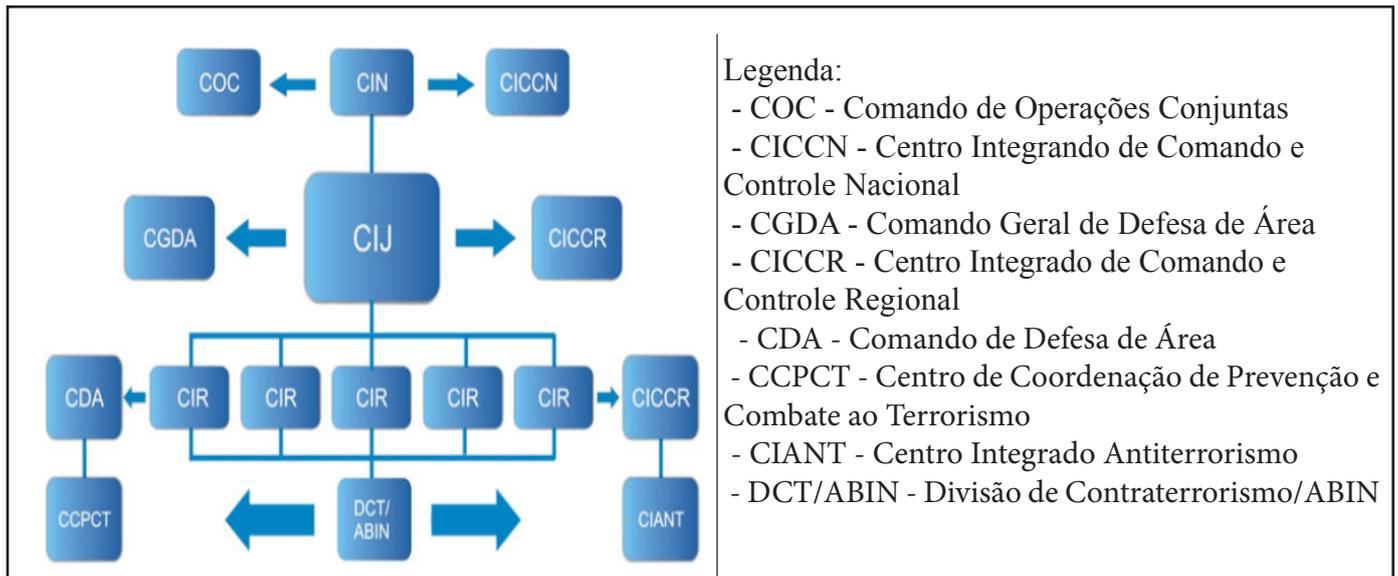
de Inteligência. Para isso, foram estabelecidas as seguintes estruturas em níveis nacional e regional, de acordo com o apresentado na imagem 4 a seguir:

- Centro de Inteligência Nacional (CIN), em Brasília-DF;

- Centro de Inteligência dos Jogos (CIJ), no Rio de Janeiro-RJ;

- Centro de Inteligência de Serviços Estrangeiros (CISE), no Rio de Janeiro-RJ; e

- Centro de Inteligência Regional (CIR), nas cinco cidades-sede do Futebol Olímpico: Manaus (CIRAM), Brasília (CIRDF), Belo Horizonte (CIRMG), Salvador (CIRBA) e São Paulo (CIRSP).



Legenda:

- COC - Comando de Operações Conjuntas  
- CICCEN - Centro Integrado de Comando e Controle Nacional

- CGDA - Comando Geral de Defesa de Área  
- CICCER - Centro Integrado de Comando e Controle Regional

- CDA - Comando de Defesa de Área

- CCPCT - Centro de Coordenação de Prevenção e Combate ao Terrorismo

- CIANT - Centro Integrado Antiterrorismo

- DCT/ABIN - Divisão de Contraterrorismo/ABIN

Imagem 4 - Estrutura de Inteligência e de Coordenação Nacional.  
Fonte: Palestra - Inteligência e o Jogos Olímpicos (BRASIL, 2016g).

O CIN foi estabelecido pela ABIN na sua sede, em Brasília-DF, tendo como missão assessorar a tomada de decisão no mais alto nível e em estreita ligação com o COC, do eixo da Defesa, e o CICCEN, do eixo da Segurança Pública. A principal missão do CIN foi consolidar os conhecimentos produzidos pelo CIJ e pelos cinco CIR, ou seja, nas seis sedes dos Jogos. Os produtos de Inteligência eram remetidos para o CIN já analisados em seu nível, cabendo aos analistas, o trabalho de integrar os dados. O CIE e o Departamento de Polícia Federal (DPF) participaram do CIN, por meio de Elm Lig. O CIN funcionou de 24 de julho a 24 de agosto e de 5 a 20 de setembro de 2016.

O CISE funcionou, de 1º a 23 de agosto e de 5 a 20 de setembro de 2016, e contou com a presença de 110 AI de países amigos, que contribuiriam para

a apresentação de cenários, estudos e conjunturas, além do compartilhamento de informações de interesse.

Entretanto, a principal estrutura de Inteligência estabelecida pela ABIN foi o CIJ, no Rio de Janeiro-RJ. Essa instalação funcionou 24 horas por dia, os 7 dias da semana (24/7), durante o mesmo período do CIN. Para isso, os analistas da ABIN foram divididos em 5 equipes que se revezaram em turnos de 8 horas, sob a direção de um Coordenador Executivo, compondo uma equipe de três analistas auxiliares e outras três equipes, de três a cinco integrantes, divididas em Análise de Mídia, Análise de Risco e Terrorismo.

Outras Agências e Órgãos, integrantes e não-integrantes do SISBIN, foram convidados a participarem dos trabalhos desenvolvidos no CIJ.

A missão de cada um desses participantes era facilitar a obtenção de informações demandadas, dentro de sua respectiva área de atuação. A contrapartida da ABIN consistia na difusão das Sínteses de Eventos Significativos e das Análises de Risco e de Mídia.

Participaram dos trabalhos desenvolvidos no CIJ, as Agências abaixo citadas:

- Ministério de Relações Exteriores (MRE);
- Comando Militar do Leste (CML);
- Subchefia de Inteligência de Defesa, do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa (SIDE/EMCFA/MD);
- CIE;
- Centro de Inteligência da Marinha (CIM);
- 1º Distrito Naval (1º DN);
- DPF;
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF);
- Receita Federal do Brasil (RFB);
- Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
- Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
- Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);

- Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), do Rio de Janeiro;

- Subsecretaria de Inteligência (SSINTE), da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro;

- Metrô do Rio de Janeiro (METRORIO); e

- Guarda Municipal (GM) do Rio de Janeiro.

Verificou-se que algumas entidades convidadas não enviaram representantes para o CIJ, como a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e o Centro de Inteligência da Aeronáutica

(CIAer). Além disso, outros órgãos que não estavam previstos inicialmente, passaram a tomar parte da Central, durante a realização do evento.

Diariamente eram difundidos às Agências e Órgãos integrantes Sínteses de Eventos Significativos (às 6h e 22h), Análises de Mídia (às 15h) e Análises de Risco (quando necessária). Outros usuários envolvidos na organização do evento como o Comitê RIO 2016, a Autoridade Pública Olímpica (APO), a Empresa Olímpica Municipal (EOM) e a Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, também receberam os conhecimentos produzidos pelo CIJ.

A imagem 5 a seguir, apresenta o fluxo de informações e conhecimentos entre os principais órgãos envolvidos no acompanhamento das demandas dos Jogos Rio 2016. Destacam-se o CIJ como principal pólo irradiador dos produtos de análise confeccionados em conjunto e o papel do CIE como aglutinador dos dados obtidos e processados pelos meios das tropas das Forças Armadas desdobradas no terreno.

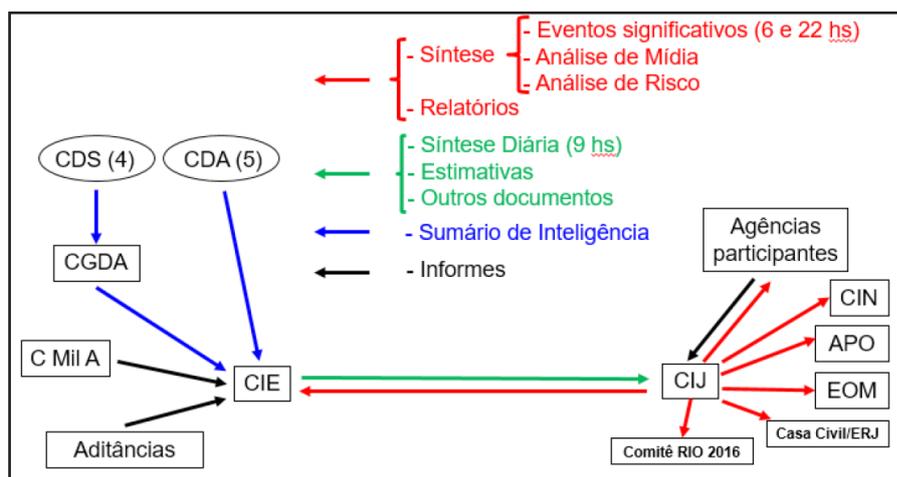


Imagem 5 - Fluxo do Conhecimento entre o CIJ e o CIE.  
Fonte: os autores.

No que tange ao acompanhamento da temática do Terrorismo, as Estruturas de Inteligência do MD, do MJ e do GSI/PR - respectivamente CGDA e CCPCT, CIANT e CIANT Regionais (CIANT/R) e CICC, e CIN e CIJ - estavam

interligadas e faziam a troca de conhecimentos, por meio de Elm Lig, de acordo com o esboçado na imagem 6. Da mesma forma, o CIE também se fez presente em todas essas estruturas, o que permitiu a alimentação desse sistema com as informações provenientes do SIEx.

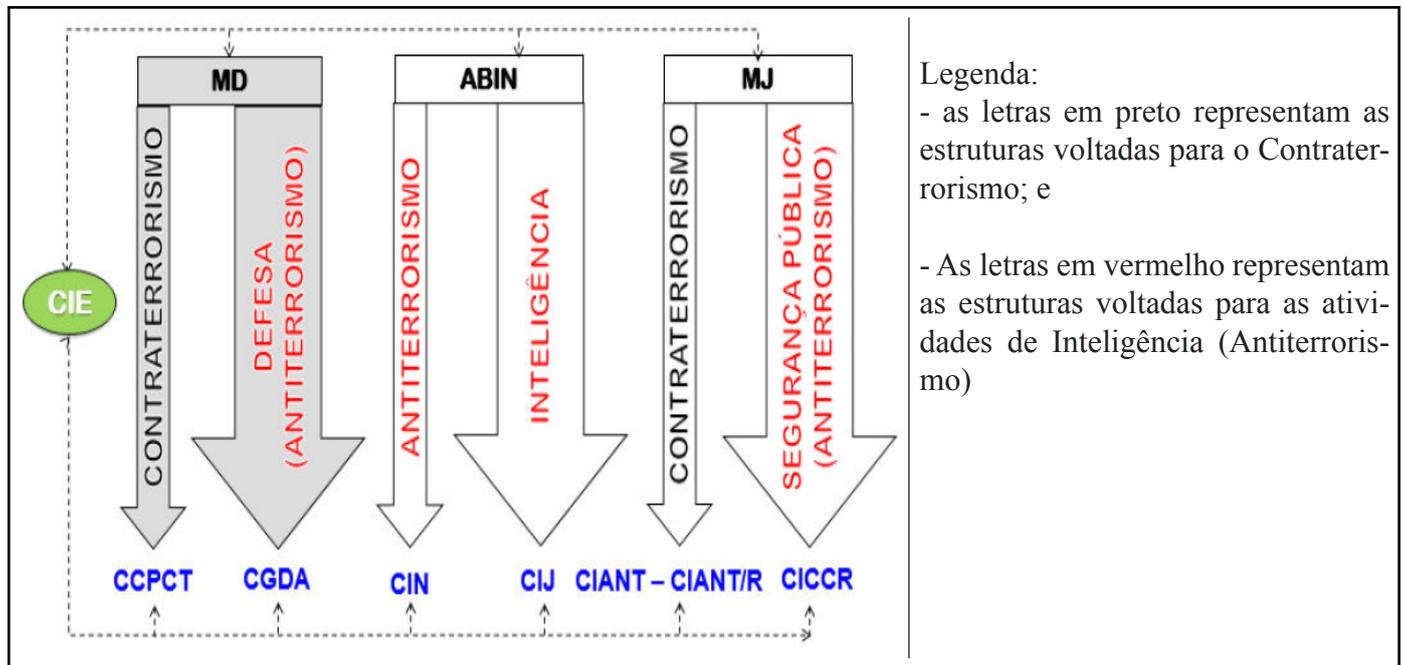


Imagem 6 - Coordenação entre as atividades de Antiterrorismo e de Contraterrorismo.

Fonte: os autores.

Esta rede montada proporcionou o alerta oportuno, quando detectada qualquer ameaça por parte desses órgãos, por meio do fluxo de conhecimento que permeava as respectivas AI que tratavam das ações Antiterrorismo. Desse modo, as informações obtidas no terreno permitiram o acionamento adequado das estruturas de Contraterrorismo, por intermédio do Comitê Integrado de Enfrentamento ao Terrorismo (CIET) buscando obedecer ao princípio da oportunidade e da unidade de esforços, pois os meios eram acionados de acordo com o grau e a especificidade da ameaça. Destaca-se, assim, a importância da Inteligência permeando os demais eixos estruturantes do PESI Rio 2016.

### 2.2.2 No âmbito setorial de Defesa e do SINDE

A partir de 2015, o MD organizou o maior

aparato de segurança para um evento já realizado no País. Para isso ativou, naquela oportunidade e de forma oficial, o CGDA com base na estrutura já existente no CML. O Plano Operacional do MD definiu os meios e a divisão de tarefas entre as FA (nas seis sedes, com a criação do CGDA e dos CDA), bem como a estruturação e a adjudicação dos meios ao CGDA, no Rio de Janeiro-RJ.

Na divisão dos CDA, as sedes de São Paulo-SP, Manaus-AM, Belo Horizonte-MG e Brasília-DF ficaram sob o comando e a coordenação do EB e a sede de Salvador-BA, com a responsabilidade da Marinha do Brasil (MB), como pode ser visto na imagem 7. Em cada um desses Comandos foram montadas Cent Intlg. Os CDA funcionaram apenas durante o período dos jogos de futebol em cada sede e, ao término do evento, os Comandos foram desativados.

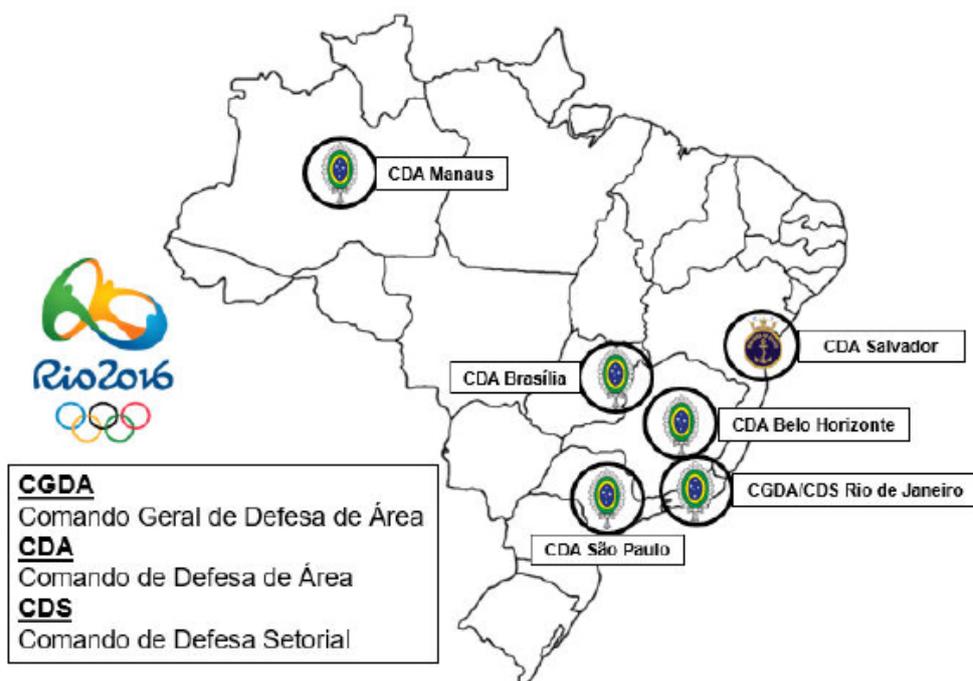


Imagem 7: Articulação do CGDA e dos CDA.  
Fonte: Palestra - APA dos Jogos Rio 2016 (BRASIL, 2016c).

O CGDA foi estabelecido como um Comando Conjunto no nível operacional que ficou sob a chefia do EB, ficando sua área dividida em quatro Comandos de Defesa Setorial (CDS). Os CDS Barra da Tijuca, Maracanã e Deodoro, ficaram sob a responsabilidade

do EB e o CDS Copacabana, sob a responsabilidade da MB, como consta na imagem 8. Em cada uma das estruturas mencionadas também foram ativadas Centrais de Inteligência, com o propósito de apoiar o respectivo Comando enquadrante.

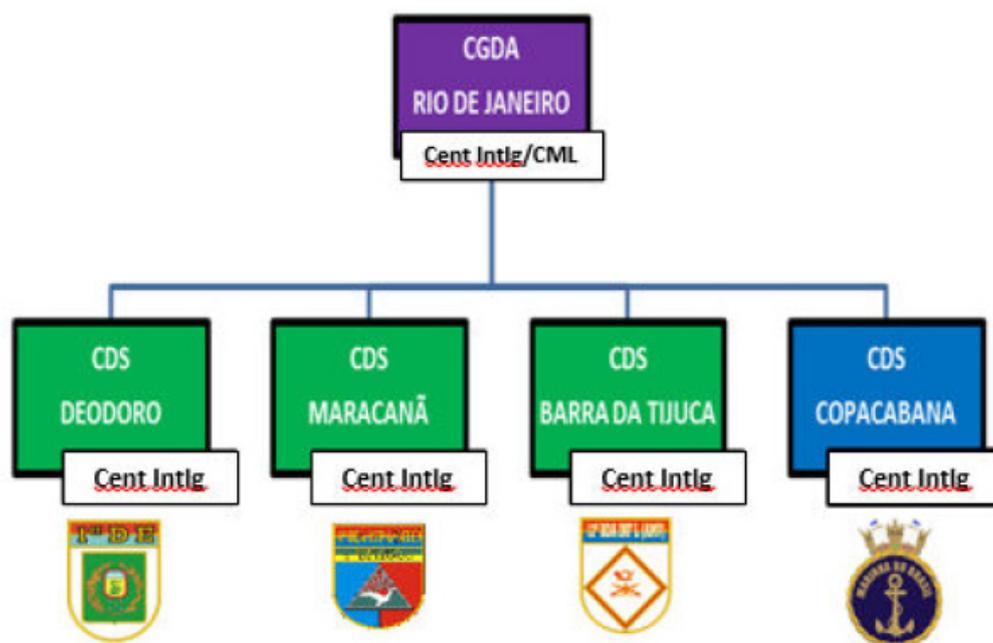


Imagem 8: Articulação dos CDS.

Fonte: Palestra - O Planejamento da Atividade de Inteligência para os Jogos Rio 2016 no âmbito do CML (BRASIL, 2016e).

Em 13 de julho de 2015, a célula de Inteligência do CGDA (D2/CGDA), emitiu o Anexo B (Inteligência) ao Plano Operacional dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Foi elaborada, também, a Diretriz para o Planejamento da Atividade de Inteligência durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Esses documentos visavam a regular e orientar a Atividade de Inteligência de todos os Comandos que atuariam no eixo de Inteligência, durante os referidos eventos.

A estrutura de Comando e Controle do CGDA foi montada de acordo com a imagem 9, sendo que as estruturas destacadas com as letras em vermelho estavam diretamente ligadas ou relacionadas à Atividade de Inteligência. As outras cores que constam no quadro a seguir indicam: em cinza, células conjuntas; em verde, as células a cargo do EB; em azul, as células a cargo da Força Aérea Brasileira (FAB); em branco, as células a cargo da MB; e em laranja, as células a cargo de órgãos externos à FA.

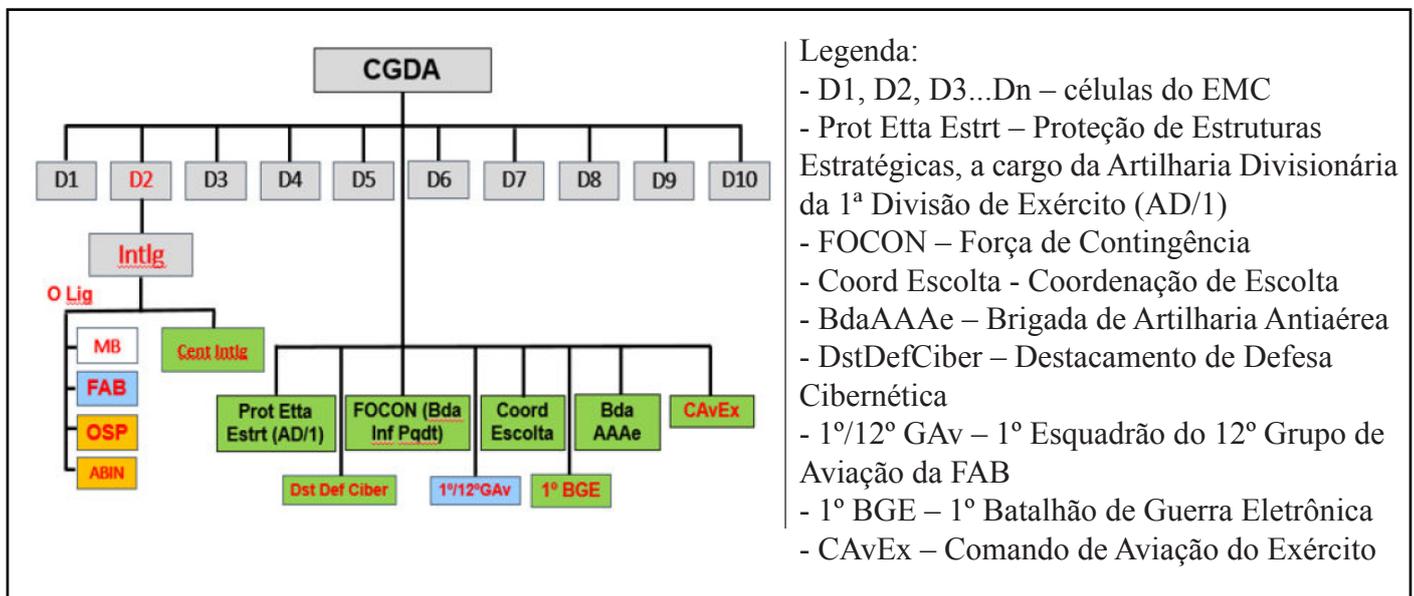


Imagem 9: estrutura de Comando e Controle do CGDA

Fonte: Palestra - O Planejamento da Atividade de Inteligência para os Jogos Rio 2016 no âmbito do CML (BRASIL, 2016e).

Os principais temas acompanhados pela Inteligência no CGDA durante os Jogos Rio 2016 foram: Terrorismo, Organizações Criminosas (ORCRIM), Agentes de Perturbação da Ordem Pública (APOP), Segurança Orgânica e Segurança Pública. As informações obtidas durante todo o processo foram consolidadas em 18 de setembro de 2016 e difundidas ao CIE e aos demais Comandos Militares de Área (C Mil A).

### 2.2.3 No âmbito do SIEx

Mesmo antes da edição do PESI Rio 2016 e das diretrizes emanadas pelo MD, o CIE, por

intermédio da Seção de Inteligência Prospectiva e Institucional (SIPI) da Divisão de Inteligência (DI), iniciou, em 2015, os seus trabalhos. Para isso, elaborou diversos documentos, visando a orientar os trabalhos preliminares e a complementar o banco de dados já existente. Por intermédio do estabelecido nos documentos que orientaram o sistema, operações de busca foram realizadas, bem como a coleta e a análise de dados nas diversas AI integrantes do SIEx. O fluxo dos conhecimentos antes dos Jogos Rio 2016, trafegou em rede segura, conforme demonstrado na imagem 5, destacados pelas setas na cor preta.

Os conhecimentos eram difundidos ao CIE e processados pela Cent Intlg/DI, particularmente no que tange aos dados oriundos das 37 (trinta e sete) aditâncias, das AI dos C Mil A e dos G Cmdo, GU e U subordinadas e das Agências Especiais. Na medida em que se apresentavam novas NI, eram confeccionados Pedidos de Busca (PB) àquelas Agências que poderiam

responder às demandas existentes. Também foram recebidos e encaminhados conhecimentos para outras Agências do SISBIN.

Durante os eventos, o fluxo de conhecimentos foi incrementado pelas estruturas e Centrais de Inteligência especialmente ativadas para os eventos (imagens 5 e 10).



Imagem 10 - Centrais de Inteligência e presença dos Elm Lig do SIEx em estruturas externas.

Fonte: Seminário do MD (BRASIL, 2016h).

Ao término dos Jogos Rio 2016, o SIEx, por intermédio do CIE, emitiu conhecimentos e outros produtos, como o Relatório Final do SIEx, que subsidiou a presente pesquisa.

## 2.2.4 O Joint Operations Center (JOC)

Em apoio à Atividade de Inteligência, os EUA operaram um Centro de Operações Conjuntas, na sede do seu Consulado, no Rio de Janeiro. O JOC era constituído pela representação de 19 instituições do governo norte-americano, nas áreas de Inteligência, imigração, transporte, justiça e defesa, entre outras. Além disso, duas cadeiras foram destinadas às AI

brasileiras, sendo uma para o MJ, ocupada pelo DPF; e outra para o MD, ocupada pelo CIE.

O JOC possuía um supervisor, que coordenava a troca de informações entre as agências participantes, o *Senior Watch Officer (SWO)*. O JOC coordenou um sistema efetivo de coleta e compartilhamento de informações, que funcionou da seguinte forma: as diversas agências coletaram, relataram e compartilharam informações relevantes como incidentes, ameaças e/ou protestos. Essas informações foram, então, repassadas ao SWO, coordenador das atividades das diversas agências no JOC.



As possíveis ameaças foram investigadas e os incidentes criminais envolvendo cidadãos norte-americanos foram compartilhados, imediatamente, com o representante do *American Citizen Service (ACS)* no *JOC*, que tratava das questões junto ao Consulado. Informações relevantes foram compartilhadas nos relatórios do *Overseas Security Advisory Council (OSAC)* e nos *Situation Report (SITREP)* do *JOC*, bem como com a comunidade local de americanos e viajantes dos EUA, quando necessário.

O *JOC* recebeu informações dos *Field Liaison Officers (FLO)*, dos *Situational Awareness Teams (SAT)*, dos representantes do *OSAC* e dos representantes da *ACS* no terreno. Também receberam informações das *FA* e da *PF* do Brasil (por intermédio de suas representações no *JOC*) e de integrantes da Aliança de Inteligência entre *AUSTRÁLIA, CANADÁ, NOVA ZELÂNDIA, REINO UNIDO* e *EUA*, os denominados *Five Eyes (FVEYs)*. Todas as informações foram revisadas, analisadas e preparadas para a disseminação a todos os clientes por intermédio de um mecanismo de comunicação apropriado.

O *JOC* difundiu, diariamente, os seguintes relatórios:

- *SITREP*, às 06h30min (*Morning Situational Report*);
- *OSAC Report* às 08h30min; e
- *SITREP*, às 1800h (*Afternoon Situational Report*).

### 3. AS LIÇÕES APRENDIDAS NOS JOGOS RIO 2016

O grande legado de conhecimento acerca da Atividade de Inteligência desenvolvida antes e durante os Jogos pode ser constatado nos relatórios finais apresentados pelas Agências Centrais do *SISBIN, SINDE* e *SIEx*, ou seja, *ABIN, SIDE/EMCFA/MD* e *CIE*, respectivamente.

A parte mais importante desses relatórios confeccionados após os eventos é a que se refere à *Análise Pós-Ação (APA)*, cuja finalidade foi a consolidação dos Aspectos Positivos, das Oportunidades de Melhoria e, principalmente, das Lições Aprendidas, ou seja, aquelas que deverão ser incorporadas à doutrina.

#### 3.1 No âmbito do SISBIN

As Lições Aprendidas nos Jogos Rio 2016, e consolidadas pela *ABIN*, estão discriminadas a seguir:

- participação de Órgãos e Agências integrantes e não integrantes do *SISBIN* (como o *METRORIO*, a *SSINTE*, a *GM* do Rio de Janeiro-RJ, o *SEAP*, entre outros) no *CIJ*. A participação desses Órgãos e Agências proporcionou a necessária integração, verificada por intermédio da pronta disponibilização, por parte desses Órgãos, das informações necessárias, o que viabilizou um fluxo adequado de dados para o bom assessoramento;

- implementação de um Painel de Eventos no *CIJ*. Esse painel multimídia era de acesso a todos os Órgãos/Agências integrantes. Nele, eram lançados os principais eventos em tempo real e futuros, além de avisos gerais, bem como foram anexadas as imagens relativas ao respectivo assunto; e

- integração do uso dos *spotters*. As *AI* que empregaram *spotters* coordenaram e integraram suas ações, com o propósito de que não houvesse sobreposição. Dessa forma, os esforços foram otimizados e os meios melhor empregados nos eventos cobertos.

#### 3.2 No âmbito do SINDE

As Lições Aprendidas consolidadas pela *SIDE/EMCFA/MD* foram discutidas e apresentadas no Relatório do Seminário do *MD* Lições Aprendidas nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos,



de 20 de outubro de 2016, discriminadas a seguir:

- realização das atividades antecipadas de forma Conjunta e Interagências. A troca de conhecimentos de Inteligência, ainda nas fases preparatórias, foi amplamente incentivada e realizada a contento, evitando o retrabalho e os redirecionamentos de esforços dos elementos empregados;

- ativação da Cédula Integrada de Inteligência de Segurança Pública Setorial (CIISP) nos Comando de Defesa. A CIISP foi uma estrutura no nível tático, integrada por representantes dos eixos de Defesa, Segurança Pública e Inteligência, a qual coordenou o emprego integrado dos elementos de Inteligência em cada competição. Coube a essa estrutura a produção de dados oportunos e precisos sobre as áreas de operações dos CDS;

- valorização do Canal Técnico de Inteligência realizada por meio da confirmação da veracidade do grande volume das informações provenientes de origens variadas;

- uso do Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP) em prol da Consciência Situacional, proporcionando o acompanhamento das ações em tempo real; e

- execução do trabalho colaborativo Interagências. O trabalho realizado pelas AI nos três eixos ocorreu de forma integrada e complementar, o que favoreceu as ações (BRASIL, 2016h).

### **3.3 No âmbito do SIEX**

As Lições Aprendidas consolidadas pela SIPI/DI/CIE foram apresentadas em um relatório, em 29 de setembro de 2016, e seus principais pontos estão discriminados a seguir:

- desenvolvimento de Sistemas de TI em apoio à Atividade de Inteligência;

- emprego de O Lig do CIE em Cent Intlg Interagências (CIN, CIJ, JOC etc);

- emprego de Plataformas Aéreas (SARP e o

“Olho da Águia”) para atender às NI, sendo mais um sensor da fonte Geointeligência (Inteligência de Imagens);

- o acesso aos sistemas de câmeras controlados por órgãos estaduais e municipais;

- recursos para a Atividade de Inteligência devem ser oriundos dos projetos do referido evento, nesse caso do Projeto Olímpico; e

- disponibilização da tela do Sistema Pacificador nas Cent Intlg (BRASIL, 2016b, 2016d).

## **4. CONCLUSÃO**

Da análise do presente trabalho, verifica-se, portanto, a possibilidade deste estudo incrementar conhecimentos que poderão levar à adoção de procedimentos e técnicas para o desenvolvimento da Atividade de Inteligência em um ambiente interagências, de forma a apoiar o SIEX no desenvolvimento e na consolidação da Doutrina de Inteligência Militar do EB.

Mesmo após o trágico evento de 11 de setembro de 2001, que marcou a história e a organização dos Sistemas de Inteligência dos EUA e do mundo, as Agências de Inteligência estadunidenses continuam com dificuldades de integração e de compartilhamento de informações, por vezes ainda atuando de forma independente, o que dificulta a identificação das ameaças, não obstante a ampla gama de recursos humanos, financeiros e tecnológicos à disposição das Forças de Segurança norte-americanas.

Nesse contexto, o Brasil passou a ter significativa responsabilidade perante a Comunidade Internacional, em relação à prevenção e ao combate ao terrorismo, bem como ao acompanhamento da atuação de APOP, de Movimentos Sociais, de Grupos Paredistas, entre outros, que pudessem comprometer o funcionamento das estruturas ou promover distúrbios civis de grandes proporções, particularmente, dentro do território nacional e durante a realização dos Grandes Eventos.



Essas demandas indicam, nos dias atuais, a necessidade de desenvolvimento de novas capacidades, fundamentalmente, na Atividade de Inteligência, as quais requerem a atuação de forma coordenada e integrada das Agências, tendo em vista a volatilidade e a amplitude das ameaças.

Assim, é possível afirmar que um dos legados significativos das experiências com os Grandes Eventos, em especial, os Jogos Rio 2016, é justamente o fortalecimento de uma cultura de cooperação e integração interagências, por meio de iniciativas como o PESI Rio 2016 e a criação do CIET, os quais, certamente, apontarão demandas por novos equipamentos, protocolos e soluções tecnológicas.

Espera-se que, com o sucesso obtido durante os Jogos Rio 2016, a integração dos esforços das Agências que atuam na área de Inteligência permaneça efetiva. O desafio a partir do fim dos supramencionados Jogos é que essa sinergia seja mantida, diferentemente do que foi verificado após os demais Grandes Eventos onde, após o fechamento das estruturas criadas para a integração das AI, o SISBIN retornou à situação inicial. Nesse sentido, o DISBIN tem papel fundamental em relação à operacionalização das estruturas empregadas nos eventos, incorporadas ao dia-a-dia dos Órgãos e Agências de Inteligência brasileiras.

Uma oportunidade de melhoria identificada é fazer com que todas as Agências do SISBIN participem da integração. Os órgãos que deixaram de enviar representantes para o CIJ devem ser incentivados a participar dos eventos futuros, espelhados nos resultados positivos obtidos pela Inteligência durante os Jogos Rio 2016.

Outro fator importante a destacar é a confiança mútua obtida entre as Agências envolvidas nos Jogos Rio 2016. Numa temática onde a segurança é fundamental, a ausência de vazamentos provou que é possível compartilhar conhecimentos de Inteligência dentro do SISBIN, sem a preocupação anteriormente existente, em um Sistema onde o relacionamento interpessoal ditava *o que e para quem* era possível compartilhar os dados conhecidos.

Destaca-se, ainda, a importância do trabalho colaborativo verificado durante os trabalhos no CIJ e nas Cent Intlg mobiliadas durante os Jogos Rio 2016. A participação ativa dos Elm Lig que participaram das Centrais foi uma parcela considerável do sucesso. As situações apresentadas eram prontamente esclarecidas com a pró-atividade dos integrantes do CIJ.

Os sistemas de comunicação também foram fundamentais para a efetividade dos processos. Nesse sentido, o Canal Técnico de Inteligência foi valorizado e suas ligações realizadas com oportunidade, fazendo os conhecimentos chegarem aos decisores e atuadores com a máxima brevidade que cada situação permitiu.

A inclusão das Lições Aprendidas às respectivas doutrinas de emprego da Atividade de Inteligência no âmbito do SISBIN, da SINDE e do SIEx é de fundamental importância para que esta experiência ímpar vivida não seja perdida ou esquecida.

Por fim, um efetivo aparato de Inteligência de Estado depende dos contínuos esforços para se adaptar aos desafios e às oportunidades proporcionados pelo desenvolvimento tecnológico global.



## REFERÊNCIAS

BRADY, Kyle R. Better Integrating American Intelligence Agencies and Products: Revising a Recurring Solution for a Recurring Problem. Pennsylvania State University, 2015.

BRASIL. Comando do Exército. EB20-MC-10.201: Operações em Ambiente Interagências. 1.ed. Brasília, DF, 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. EB70-MC-10.307: Planejamento e Emprego da Inteligência Militar. 1.ed. Brasília, DF, 2016a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Centro de Inteligência do Exército. Relatório Final dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos RIO 2016. Brasília, 2016b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Palestra: Análise Pós-Ação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos RIO 2016. Brasília, 2016c.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Comando Militar do Leste. Relatório Final da Central de Inteligência do Coordenador Geral de Defesa de Área (CGDA) / Jogos Olímpicos e Paralímpicos RIO 2016. Rio de Janeiro, 2016d.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Palestra: O Planejamento da Atividade de Inteligência para os Jogos Rio 2016 no âmbito do CML. 2016e.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4376.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4376.htm)>. Acesso em: 28 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 8.973, de 29 de junho de 2016f. Fixa a Política Nacional de Inteligência, definindo os parâmetros e os limites de atuação da atividade de inteligência, nos termos estabelecidos pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8793.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8793.htm)>. Acesso em: 1º abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Portaria nº 57, de 12 de dezembro de 2012a. Aprova Diretriz para o Planejamento e Execução das Atividades de Inteligência no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência em Grandes Eventos. Disponível em: <[http://www.lex.com.br/legis\\_24057338\\_PORTARIA\\_N\\_57\\_DE\\_12\\_DE\\_DEZEMBR.htm](http://www.lex.com.br/legis_24057338_PORTARIA_N_57_DE_12_DE_DEZEMBR.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Agência Brasileira de Inteligência. Composição do Sistema Brasileiro de Inteligência. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/atuacao/sisbin/composicao/>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Inteligência e Jogos Olímpicos: Palestra. Brasília, 2016g.

BRASIL. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9883.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9883.htm)>. Acesso em: 28 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. MD 33-M-12: Operações Interagências. 1.ed. Brasília, DF, 2012b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Relatório do Seminário do MD: Lições Aprendidas nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016. Brasília, 2016h.

\_\_\_\_\_. Portaria Interministerial nº 1.678, de 30 de setembro de 2015. Aprova o Plano Estratégico de Segurança Integrada para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 out. 2015. Seção 1, p. 34 a 36.

CEPIK, Marcos Aurelio Chaves. Regime Político e Sistema de Inteligência no Brasil: Legitimidade e Efetividade como Desafios Institucionais. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. v. 48, n. 1, 2005.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Director of National Intelligence. Members of the IC. Disponível em: <<https://www.dni.gov/index.php/intelligence-community/members-of-the-ic>>. Acesso em: 26 mar. 2017a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Mission, Vision & Goals. Disponível em: <<https://www.dni.gov/index.php/about/mission>>. Acesso em: 26 mar. 2017b.

\_\_\_\_\_. Joint Chiefs of Staff. Joint Publication 2-01: Joint and National Intelligence Support to Military Operations. Washington, DC, 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Joint Publication 3-08: Interorganizational Cooperation. Washington, DC, 2016.

\_\_\_\_\_. National Commission on Terrorist Attacks: The 9/11 Commission Report: Final Report of the National Commission on Terrorist Attacks upon the United States. Washington, DC, 2004.

JOHNSTON, Catherine. et al. Transforming Defense Analysis. Joint Force Quarterly, Washington, DC, n. 79, p. 12-18, 4th Quarter, 2015.

McARTHUR, James C. et al. Interorganizational Cooperation: Part I of III: The Interagency Perspective. Joint Force Quarterly, Washington, DC, n. 79, p. 106-112, 4th Quarter, 2015.

\_\_\_\_\_. Interorganizational Cooperation: Part III of III: The Joint Force Perspective. Joint Force Quarterly, Washington, DC, n. 81, p. 129-139, 2th Quarter, 2016.

MENDES, Paulo Ubirajara. Operações Ágata no Arco Sul do Brasil: uma análise sob a lente da Inteligência. Revista Brasileira de Inteligência, Brasília, DF, n. 11, p. 37, Dezembro, 2016.

NEVES, Eduardo Borba; DOMINGUES, Clayton Amaral. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. Centro de Estudos de Pessoal. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais: Rio de Janeiro: 2007.